

P@X boletim online

MISSÕES DE PAZ, PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAIS

SUMÁRIO:

Editorial	1
<i>Paula Duarte Lopes e Maria Raquel Freire</i>	
Teoria da P@X	
"Economias da Paz e do Conflito"	
<i>Michael Pugh</i>	2-4
"Missões da UE depois de Lisboa"	
<i>Frederico Santopinto</i>	5-6
"Uma Agenda para as Operações de Paz"	
<i>Raquel Melo</i>	7-9
P@x Peace Observatory	10-11
Recensões	
Review of Political Missions 2010	
<i>Fernando Cavalcante</i>	12
Transnational terrorism, organized crime and peace-building – Human security in the Western Balkans	
<i>Pascoal Pereira</i>	13
Estudos da P@x	
"Mapeamento da bibliografia sobre Missões de Paz Europeias"	
<i>Maria Raquel Freire Paula Duarte Lopes</i>	14-15
"A vida em missão – Estudo de caso de um contingente militar português no Kosovo"	
<i>Helena Carreiras</i>	16-17
Sotão do GEP	18-21
P@X	
Coordenação GEP/CES:	
<i>Tatiana Moura</i>	

Número temático organizado por:
Maria Raquel Freire e Paula Duarte Lopes

Coordenação do Boletim P@X:
Rita Santos e Sofia Santos

Edição, tradução e revisão:
Rita Santos e Sofia Santos

Grupo de Estudos para a Paz
Centro de Estudos Sociais
Colégio S. Jerónimo, Apartado 3087
3001-401 Coimbra
Portugal
Tel: + 351 239 855593
Fax: + 351 239 855589
<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep>
nep@ces.uc.pt || paxinfo@ces.uc.pt

Editorial

Este número tem como tema central missões de paz como um dos instrumentos de intervenção para a promoção da paz e segurança internacional. Nas últimas décadas, a complexidade crescente das dinâmicas inerentes à implementação de missões de paz tem suscitado diversas questões a nível conceptual e em termos da sua operacionalização. Estas questões incluem uma maior abrangência dos mandatos com implicações ao nível da eficácia das missões; um maior envolvimento de actores não militares remetendo para dificuldades de coordenação; e questões de legitimidade e articulação entre diferentes organizações internacionais envolvidas na criação e operacionalização de missões de paz, bem como entre estas e os actores locais. Face a esta complexidade crescente, e ao projecto de investigação em curso financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)*, este número do P@x discute diferentes perspectivas na análise de missões de paz, em termos conceptuais e operacionais. Mike Pugh traz à discussão a necessidade de um olhar diferenciado sobre as intervenções

internacionais, coladas a um modelo de desenvolvimento neoliberal que não deixa de esconder fragilidades e perante o qual resistências várias se fazem sentir todos os dias. E é nesta vivência diária que o autor se centra para uma melhor compreensão de modelos de desenvolvimento e intervenção, uma vez que são estas economias políticas da vida que fornecem o substrato sobre o qual deve assentar qualquer plano de acção. Num registo mais político-operacional, Frederico Santopinto sublinha as inconsistências inerentes ao princípio de coerência que o Tratado de Lisboa visa na sua reforma institucional e, particularmente, face à política comum de segurança e defesa. As implicações para as missões da União Europeia são evidentes e devem ser estudadas. Raquel Melo aborda na sua análise os pressupostos do que chama de uma agenda para as operações de paz, avançando com uma perspectiva baseada em conhecimento cumulativo e na necessidade de abordagens simultaneamente inclusivas e eficazes. Este número inclui ainda contributos resultantes de dois projectos de

investigação, um de mapeamento da bibliografia fundamental sobre missões de paz europeias, pretendendo oferecer um guia prático de base para estudos aprofundados sobre temáticas várias associadas a estas missões, e outro relativo à participação de um grupo de forças portuguesas na missão do Kosovo e as implicações sociológicas deste envolvimento, representando um estudo inovador e cujos contributos visam informar o processo de decisão política nacional. Com este número esperamos contribuir para um conhecimento mais aprofundado sobre os debates e a temática das missões de paz, e de algum modo para a discussão mais alargada do intervencionismo global.

Paula Duarte Lopes e Maria Raquel Freire

* Consolidação da paz e a sua sustentabilidade: as missões da ONU em Timor-Leste e a contribuição de Portugal, PTDC/CPJ-CPO/1151169/2009-FCOMP-01-0124-FEDER-014433.

Teoria da P@X

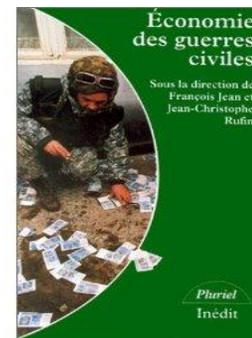
Economias políticas da Paz e do Conflito

Um dos desenvolvimentos mais interessantes, para mim, nos estudos da paz e dos conflitos nos últimos vinte anos tem sido a inclusão de várias disciplinas académicas e do alargamento correspondente das abordagens em Relações Internacionais (RI). Particularmente significativa tem sido a inclusão da economia política, durante muito tempo negligenciada mas agora na linha da frente dos estudos sobre explicações de conflitos contemporâneos. Durante toda a minha vida académica tenho estado interessado na relação entre pobreza, desenvolvimento económico, protestos, movimentos políticos e guerra. Esta relação tornou-se ainda mais relevante no mundo capitalista avançado pós-moderno devido ao que Foucault refere em *O Nascimento da Biopolítica* como a invasão da política através do privilégio dado a um regime económico de conhecimento como a verdade.

Mas o que me inspirou para desenvolver esta área no contexto das intervenções modernas e das operações de paz foi um livro quase esquecido, o primeiro do seu género, publicado em 1996 por dois agentes de cooperação franceses. François Jean e Jean-Christophe Rufin editaram uma colecção de estudos e chamaram-lhe *Economia das Guerras Civis* (Paris, Hachette), baseada em experiências do trabalho de organizações não-governamentais em sociedades dilaceradas pela guerra. Eles estavam interessados em como combatentes se envolveram em dinâmicas predadoras e de exploração de populações locais, bem como no modo como o comércio se alterou, em como os mercados foram corrompidos, impostos cobrados, ajuda de emergência desviada, e como as diásporas deram apoio financeiro a combatentes e como estes muitas vezes comercializavam uns com os outros. Infelizmente o livro nunca foi traduzido do francês para outras línguas.

Outros trabalhos, sobre os Balcãs por Susan Woodward e sobre o Ruanda por Peter Uvin conseguiram estabelecer as relações entre as políticas de ajustamento estrutural impostas

em países em desenvolvimento pelas instituições financeiras internacionais (IFI), como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), e dinâmicas de conflito [violento] ainda a serem impostas na crise actual do casino.



Capa do livro “Economies des guerres civiles”, de François Jean e Jean-Cristophe Rufin

Desde então as minhas prateleiras têm-se vergado com o peso dos relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), inquéritos sobre agregados familiares e modos de vida, estratégias de redução da pobreza, e, claro, trabalho académico sobre ‘ganância e ressentimento’ como causas de conflito [violento], sobre economias políticas da reconstrução e sobre as ideias económicas neoliberais agressivas promovidas pelos doadores nas sociedades dilaceradas pela guerra. A revista que eu edito, *International Peacekeeping*, também publicou a sua quota-parte de artigos sobre a economia política da guerra e contextos pós-guerra.

Para se familiarizarem com os resultados desta investigação os/as leitores/as do P@x podem consultar os vinte artigos em *Whose Peace? Critical Perspectives on the Political Economy of Peacebuilding* (Londres: Routledge, em *paperback* em 2011), co-editado por mim com os colegas da Universidade de Bradford, Neil Cooper e Mandy Turner.

Teoria da P@X

No entanto, o ponto principal que quero salientar é que uma mudança significativa teve lugar nos estudos para a paz que desafia o paradigma liberal (incluindo a economia liberal) dominante, o qual se tem preocupado com a melhoria das técnicas de construção da paz. Por outras palavras, a hegemonia liberal – privatização e financiamento dos bens públicos, empreendedorismo através do micro-financiamento e do apoio do ‘mercado livre’, investimento estrangeiro, crescimento induzido pelas exportações e integração das sociedades com pouca vantagem comparativa no sistema comercial global – está lentamente a recuar. Claramente que a crise do casino no capitalismo enfraqueceu a racionalidade do ajustamento estrutural, apesar dos doadores e das IFI parecerem determinados em manter que a ‘apropriação local’ da construção da paz deva ser localizada *dentro* dos parâmetros do neoliberalismo. O paradigma dominante na economia política também é desafiado em consequência das intervenções da China e da participação de países sul-americanos em operações das Nações Unidas, os quais têm abordagens económicas diferentes das denominadas doutrinas de livre mercado inicialmente promovidas em Chicago na década de 1970. Acima de tudo, resistência a, ou adaptações de, normas e valores ocidentais por populações em sociedades dilaceradas pela guerra – de Bougainville e Timor Leste ao Haiti e El Salvador – tem resultado em situações híbridas de paz. Consequentemente, o tópico de agência local e o retomar de tradições locais e economias informais também se tornou uma questão premente a ser estudada.

A forma como a população local responde a intervenções por actores externos tem sido um terreno fértil para a investigação conduzida por Oliver Richmond, Roger Mac Ginty entre outros/as, e o tributo ao trabalho inicial de Jean e Rufin. Desta forma, as RI têm-se alargado de forma interdisciplinar para reconhecer o trabalho empírico de economistas, especialistas de estudos de desenvolvimento, sociólogos/as, antropólogos/as e outros/as

A partir da teoria, estímulo significativo chegou da geografia económica crítica, através de David Harvey, de economistas de desenvolvimento, com Ha-Joon Chang e Mushtaq Khahn, e de historiadores de impérios e colonialismo, como Homi Bhabha. Como os europeus ocidentais, incluindo obviamente Portugal e Espanha, estiveram profundamente envolvidos em séculos passados na tentativa de converter populações a novas formas de pensar e agir, este desenvolvimento nas RI contemporâneas é particularmente relevante como campo de investigação. (Ironicamente, estes mesmos antigos imperialistas também têm sido sujeitos do império do ‘mercado livre’, com consequências sérias para o desenvolvimento e a coesão social evidenciados na crise do casino desde 2007.)

Dos estudos ‘pós-coloniais’ de Bhabha, Ilan Kapoor, Barkawi e Laffey, estudiosos da construção da paz conseguem ver não réplicas, mas antes ecos, da mente imperial, outro caso dos ‘atrasados’ estarem a ser desenvolvidos à imagem dos poderosos. No livro *Decolonising International Relations* (2006), Branwyn Gruyfedd Jones argumenta que o ‘discurso sobre desenvolvimento – e a sua agenda mais recente de “boa governação” – naturalizou as estruturas de desigualdade e exploração globais que foram produzidas pela expansão europeia e pelo colonialismo formal’. Excepto como *spoilers*, vítimas romantizadas, ou aliados treinados pelo ocidente, as vozes e a agência dos subalternos têm estado quase totalmente ausentes da narrativa liberal e da prática internacional de construção da paz. Mas um interesse crescente e profundo na agência dos locais e na relação entre o local, o estado e o internacional, tem sido também um marco da mudança no sentido da descolonização da construção da paz, notavelmente no trabalho de Béatrice Pouligny, Oliver Richmond, Paul Higate e Marsha Henry. Estes críticos começaram por incorporar vozes locais, na realidade falando *com* os subalternos.

Teoria da P@x

Estas críticas, no entanto, não resolveram necessariamente o paradoxo de construir versões subalternas de académicos privilegiados, mas antes reconhecem, testemunham e re e recontam a vida diária a partir de perspectivas locais.

O que parece claro é que os/as intervencionistas estrangeiros não conseguem criar identidades estáveis ou instituições com raízes orgânicas, e que resistências expõem e exploram as contradições no poder que elas produzem, criando economias políticas híbridas de paz à medida que a população luta por viver as suas vidas quotidianas. Assim, são as economias políticas das vidas quotidianas que necessitam de ser investigadas em qualquer conceito de paz.

Michael Pugh

m.pugh@bradford.ac.uk

Professor na Universidade de Bradford,
Departamento de Estudos para a Paz , Reino Unido.

Teoria da P@x

Missões da UE depois de Lisboa

As regras elementares de sociologia administrativa ensinam-nos que quando organismos e instituições proliferam sem as suas relações hierárquicas estarem claramente definidas, estes muitas vezes entram em concorrência, dando origem a um problema de coerência. A tentativa de estabelecer procedimentos de coordenação raramente constitui uma solução. Normalmente, todos querem coordenar, mas ninguém quer ser coordenado. Esta observação básica podia constituir já uma resposta à pergunta se o Tratado de Lisboa vai trazer uma abordagem mais coerente à política externa da União Europeia (UE), em particular no que diz respeito às missões de gestão de crises.

O problema da coerência é uma questão de integração e não de coordenação. Surgiu em 1993, com a criação da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e intensificou-se em 1999, quando a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) foi criada. A PESC e a PESD reflectem a vontade dos estados membros de facultarem à UE competências de política externa e de segurança para além das dimensões tradicionais de assuntos económicos e de cooperação para o desenvolvimento, sem cederem controlo das mesmas à esfera supranacional da UE. Por outras palavras, a PESC/PESD foram criadas tendo em vista a marginalização da Comissão Europeia (conjuntamente com o Parlamento Europeu e o Tribunal Europeu de Justiça), em benefício do Conselho.

No entanto, enquanto os estados membros da UE estavam ocupados a implementar a PESC/PESD, claramente separando-a da poderosa política de cooperação da, imigração descontrolada) alterou a natureza da cooperação para o desenvolvimento, transformando-a num instrumento estratégico, geopolítico, de importância crescente. A ajuda ao desenvolvimento tornou-se uma plataforma central para qualquer política externa¹.

Inevitavelmente, este desenvolvimento do papel da ajuda resultou num problema crescente no que diz respeito à coerência da acção da UE no mundo, uma vez que os instrumentos estratégicos da União (cooperação para o desenvolvimento, por um lado, e PESC/PESD, por outro) acabaram por ficar divididos entre instituições e procedimentos diferentes.



Cartoon UE-NATO, retirado de http://www.toonpool.com/cartoons/eu-nato_9428

Neste contexto, o objectivo claramente explicitado no Tratado de Lisboa era o de melhorar a coerência da acção externa da União. Implicitamente, a ideia era essencialmente acabar com o dualismo Conselho-Comissão. Para este efeito, duas reformas centrais foram introduzidas: a criação de um novo cargo de Alto/a Representante da União/Vice-Presidente da Comissão (ARU), atribuído a Catherine Ashton, e a criação do Serviço Europeu de Acção Externa (SEAE). A ARU engloba a antiga representação intergovernamental da política externa e de defesa (assumida no passado por Javier Solana) com uma parte das competências de cooperação da Comissão que abordam prevenção de conflitos [violentos] e actividades de resolução. No sentido de apoiar a ARU, o SEAE foi colocado numa espécie de limbo entre a Comissão e o Conselho. Alguns comparam este serviço a uma nova instituição¹.

Teoria da P@x

Estas novidades, no entanto, não alteram em nada a distinção entre as competências supranacionais da Comissão e as intergovernamentais do Conselho. Quando, por exemplo, a Senhora Ashton precisa de intervir na área da prevenção e resolução de conflitos [violentos] através de instrumentos de cooperação para o desenvolvimento (principalmente o instrumento financeiro para estabilidade), ela fá-lo no quadro das competências tradicionais da Comissão baseadas em procedimentos semi-supranacionais. Quando agir na área da política, diplomacia e segurança, mudará de chapéu e tornar-se-á o que Javier Solana era antes: uma representante do Conselho e dos estados membros, e não uma decisora política¹. Portanto, as novas provisões não apontam para uma Europa mais integrada: elas não fortalecem as competências da UE na área dos assuntos externos. Apenas criam uma ponte entre duas esferas de acção europeia, mantendo, no entanto, intacto o dualismo entre o Conselho e a Comissão¹.



Cimeira de Lisboa, 2007

Levará esta arquitectura a uma abordagem mais coerente quando se enviarem missões de gestão de crises para fora da UE? Neste momento é muito cedo para tirar conclusões, uma vez que o Serviço de Acção Externa ainda não está totalmente montado e só agora começou a funcionar. Colocar instrumentos diferentes debaixo do mesmo chapéu pode certamente levar a uma abordagem mais englobante e holística. Ainda assim, quando olhamos para o diagrama organizacional do SEAE, tem de ser salientado que os órgãos de administração da gestão de crises foram completamente separados da estrutura principal do Serviço Externo.

Aparecem como uma instituição distinta dentro do Serviço. Esta escolha foi feita de forma a assegurar o controlo dos estados membros sobre as políticas de defesa e segurança caso o SEAE se torne uma estrutura menos controlável. Como antes de Lisboa, as estruturas de gestão de crises evitarão a clássica “hierarquia média” da UE, respondendo directamente à ARU, que por sua vez responde directamente aos estados membros.

Assim, neste quadro, a coordenação de missões de gestão de crises com outros instrumentos estruturais à disposição da UE mantém-se um desafio difícil. Sem um processo real de integração, a mera justaposição de diferentes tarefas debaixo do mesmo telhado não trará automaticamente mais coerência¹.

Federico Santopinto

Investigador, Group for Research and Information on Peace and Security (GRIP), Bélgica.

Notas

- [1] Ver F. Nkundabagenzi e F. Santopinto (2003) *Le développement, une arme de paix – La coopération de l'UE et la prévention des conflits*, Brussels, Éditions Complexe / GRIP.
- [2] A. Missiorli (2010) “The EU Foreign Service: Under Construction”, *EUI Working Papers*, European University Institute (Florence) e Robert Schumann Centre for Advanced Studies.
- [3] F. Santopinto (2007) “The Treaty of Lisbon and the EU’s External Action”, *Les Rapports du GRIP* (www.grip.org).
- [4] Ver N. Nuttall (2004) “On Fuzzy Pillars: Criteria for the Continued Existence of Pillars in the Draft Constitution”, *CFSP Forum*, Vol. 4, No. 2.
- [5] Esta observação deriva de Lloveras Soler (2011), “The New EU Diplomacy: Learning to Add Value”, *EUI Working Papers*, European University Institute (Florence) and Robert Schumann Centre for Advanced Studies.

Teoria da P@x

Uma Agenda para as Operações de Paz

O objetivo deste artigo é examinar a construção de uma doutrina das operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) e as implicações para a consolidação da paz em Estados pós-conflito.

Sem previsão na Carta, as operações de manutenção da paz surgiram como um mecanismo *ad hoc*, “inventado”¹ pelo Secretariado da Organização. As contingências da época, explicam, em parte, o desenvolvimento desse instrumento de forma mais “orgânica” do que sistemática. Durante a Guerra Fria, o papel originalmente concebido para a ONU no campo da segurança foi significativamente restringido e o seu mecanismo de segurança coletiva paralisado¹, devido às divergências irreconciliáveis entre os Estados membros do Conselho de Segurança. Porém, a necessidade de evitar a escalada de conflitos interestatais de pequeno e médio porte, e o risco de envolvimento direto das super-potências, levou à criação das operações de paz, como um mecanismo alternativo, cujo propósito era desencorajar o embate físico entre os combatentes, promovendo um ambiente propício à resolução definitiva do conflito. Dentre os princípios orientadores dessas missões destacam-se a imparcialidade, definida como neutralidade política das tropas; a sua composição ampla e voluntária por contingentes dos Estados membros da Organização, excluindo-se os membros permanentes do Conselho de Segurança ou Estados com interesse estratégico na situação em questão; o consentimento das partes; e o não uso da força, exceto em autodefesa. A lógica, até hoje, é a de que a capacidade das operações de paz para alcançar os objetivos estabelecidos em seus respectivos mandatos reside muito mais na sua autoridade do que na sua força.

As mudanças na ordem internacional pós-Guerra Fria tiveram grande impacto no revigoramento do papel da ONU na área de segurança (Baer e Gordenker, 1994: 148). O fim do conflito Leste-Oeste e o fracasso do socialismo real abriram espaço para um crescente consenso internacional em torno da democracia liberal (Paris, 2004) e das normas de direitos humanos. Num cenário em que os interesses dos Estados anteriormente em blocos rivais já não eram diametralmente opostos, o multilateralismo passou a ser genericamente percebido como um fator legitimador da ação internacional (Finnemore, 2003; Ruggie, 1992).

Paralelamente, com a diminuição do risco de confrontação entre as grandes potências, os conflitos intra-estatais ganharam lugar de destaque na agenda internacional, em parte, devido às suas consequências transnacionais. Isto, aliado à crescente legitimidade dos direitos humanos resultaram na ampliação do conceito de segurança e na percepção de violações massivas como uma ameaça internacional, permitindo, inclusive, práticas interventivas, sob os auspícios das Nações Unidas, com base na justificativa humanitária (Finnemore, 2003; Rodrigues, 2000).



Patrulhamento da UNPROFOR (Força de Protecção das Nações Unidas), Bósnia Herzegovina, 1994

Teoria da P@x

A necessidade de deter tais crises, associadas, em grande medida, a estados falidos ou colapsados demandava, também, esforços de reconstrução dos mesmos, como forma de evitar a reincidência do conflito. A predominância do paradigma liberal ocidental, resultou, na prática, na adoção pela ONU de um modelo de estado democrático de direito como referencial nesta tarefa.

Para desempenhar tais esforços, surgiram as operações de paz multidimensionais. A multidimensionalidade se refere à variedade de componentes necessários ao desempenho de atividades militares e civis. Essas operações deram um passo adiante em relação às missões tradicionais em termos de estrutura, funções, propósitos e princípios sobre o qual estão baseadas (Doyle, 2001).

Assim, a partir da década de 1990, é possível identificar pelo menos três gerações de operações de paz (Doyle, 2001)¹. A primeira consiste nas missões tradicionais, já discutidas. No extremo oposto, estão as operações de imposição da paz, mais robustas, caracterizadas pela ausência de consentimento de uma ou mais partes. Aqui estão incluídas operações militares de alcance limitado, para garantir o fornecimento de assistência humanitária em conflitos armados (UNOSOM II, Somália; UNPROFOR, Bósnia), aquelas com mandato para *impor* cessar-fogos e operações multidimensionais, onde se julgue necessário uma vigorosa autoridade da ONU (MINUSTAH, Haiti).

Num nível intermediário estão as operações de paz multidimensionais de segunda geração. Como as tradicionais, elas se baseiam no consentimento. Entretanto, o uso da força pode ser autorizado de forma pontual para além da auto-defesa, por exemplo, na proteção de civis sob iminente ameaça de violência física. Esta tendência é reflexo da nova interpretação conferida à noção de imparcialidade, hoje definida em termos de objetividade na execução do

mandato (Chopra, 1998), o que nem sempre é consistente com o tratamento neutro das partes.



Contingente brasileiro da MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti), Port-au-Prince, 2005

As funções de construção da paz criam, ainda, dimensões de autoridade transitória para a ONU (Doyle, 2001: 546). Numa escala progressiva, estariam a autoridade de monitoramento e investigação (ONUSAL, El Salvador; UNTAG, Namíbia), visando, apenas, aumentar a confiança das partes entre si e no acordo de paz assinado; a autoridade administrativa (UNOMOZ, Moçambique; UNTAC, Camboja); a executiva (UNTAES, Eslovênia Oriental), para implementar o acordo de paz, independente do consentimento das autoridades locais; e a supervisora, quando a ONU, de fato, governa transitoriamente o país ou território (UNTAET, Timor Leste). Para que a autoridade transitória seja bem sucedida, é importante adequá-la ao caso, considerando as causas do conflito, a capacidade local para promover as mudanças necessárias e o grau de comprometimento internacional para assistir neste processo (Doyle, 2001).

Nota-se que o desenvolvimento das operações de paz, marcadamente a partir da década de 1990, inclui um processo de institucionalização dinâmico de um quadro de referência normativo, embora não obrigatório, cujas fontes são os acordos de paz celebrados entre as partes, os mandatos

Teoria da P@x

das operações, as experiências em campo e a *expertise* produzida pelo Secretariado da ONU, tudo isso considerado dentro de um contexto normativo maior.

Contudo, é importante observar que, ainda que a democracia liberal tenha se tornado a alternativa supostamente mais desejável para o desenvolvimento de uma estratégia de construção de estados, isto não garante a consolidação da paz nem minimiza, a princípio, as chances de reincidência da violência no nível doméstico.

Na verdade, as diferentes variações do modelo da democracia liberal, a instabilidade dos regimes de transição democrática (Mansfield e Snyder, 1999) e a democratização imposta de fora para dentro, sem o engajamento da população local e reconhecimento da autoridade da ONU, fragilizam sobremaneira o processo de reconstrução, podendo comprometer as chances de consolidação da paz e a estabilidade regional.

Raquel Melo

raquelmelo@ces.uc.pt

Pós-doutoranda, Centro de Estudos Sociais/
CES

Notas

[1] É importante salientar alguns precedentes destas operações patentes em algumas experiências da Liga das Nações, nomeadamente a administração territorial do Sarre, entre 1920 e 1935, e as missões de observação das NU antes de 1956.

[2] A exceção foi a Guerra da Coreia em 1950.

[3] A tipologia das operações de manutenção da paz varia de autor para autor. Thakur (2001), por exemplo, define seis gerações diferentes de operações de manutenção de paz.

Referências

Baer, P.R.; Gordenker, L. (1994) *The United Nations in the 1990s*. UK: MacMillan Press.

Chopra, Jarat (1998) "Introducing peace-maintenance", *Global Governance: a Review of Multilateralism and International Organizations*, 4(1), pp.1- 18.

Doyle, Michael (2001) "War making and peace making: The United Nations' Post-Cold War Record", in Crocker, C. A.; Hampson, O. F.; Aall, P. (org.), *Turbulent peace: the challenges of managing international conflict*. USA: United States Institute of Peace, pp.210-212.

Finnemore, Martha (2003) *The Purpose of Intervention: Changing Beliefs about the Use of Force*. Ithaca: Cornell University Press.

Paris, Roland (2004) *At the war's end: building peace after civil conflict*. UK: Cambridge University Press.

Rodrigues, Simone Martins (2000) *Segurança internacional e direitos humanos: a prática da intervenção humanitária no pós Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Renovar.

Ruggie, John Gerard (1992) "Multilateralism: the anatomy of an institution", *International Organization*, 46(3), pp. 561-598.

Observatório das P@xes

Recursos sobre Missões de Paz, Paz e Segurança Internacionais

Base de Dados UCDP

www.ucdp.uu.se/gpdatabase/

A base de dados do *Uppsala Conflict Data Program* inclui informação sobre uma ampla variedade de tópicos na temática da violência armada desde 1946.

Boletim CrisisWatch

www.crisisgroup.org/en/key-issues/research-resources.aspx

O *CrisisWatch* é um boletim mensal de 12 páginas que visa proporcionar à comunidade política, aos media, ao mundo dos negócios e ao público em geral actualizações regulares sucintas sobre a situação vivida nos contextos mais significativos de conflito armado ou de potencial violência armada no mundo. Pode usar-se a base de dados *CrisisWatch* para seguir desenvolvimentos em qualquer situação de conflito armado, desde 1 de Setembro de 2003.

Base de Dados SIPRI Multilateral Peace Operations

www.sipri.org/databases/pko

A base de dados do Stockholm International Peace Institute sobre Operações de Manutenção da Paz Multilaterais proporciona dados fidedignos e abrangentes sobre todas as missões multilaterais de paz realizadas até à data no mundo (sob a égide das NU e de outros actores). Actualmente, inclui informação cerca de 600 operações de paz realizadas entre 2000-2009, sendo actualizada de forma contínua.

Base de Dados CPASS sobre National Troop Contributions to Peace Operations

<http://cpass.georgetown.edu/43147.html>

A base de dados do Centro de Estudos de Paz e Segurança (Universidade de Georgetown) resulta de um projecto que visa analisar que países estão envolvidos e para onde são enviadas contribuições em termos de recursos militares (tropas) nas operações de paz que decorreram entre 2001 e 2008.

Base de Dados Social Conflict in Africa

ccaps.strausscenter.org/scad/conflicts

A base de dados sobre Conflitos Sociais em África (*Social Conflict in Africa Database* – SCAD) é um recurso para a condução de investigação e análise sobre várias formas de instabilidade social e política em África. Inclui mais de 6,000 conflitos sociais em África entre 1990 e 2009, incluindo greves, protestos, golpes, e violência comunitária. Ao integrar formas de conflitualidade não incluídas nas bases de dados generalistas sobre guerras civis e interestaduais, a SCAD oferece aos decisores políticos e investigadores um novo instrumento para a análise de padrões de conflito.

United Nations Documentation: Research Guide – Peacekeeping: Frequently Requested Documents

<http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/pkdoc.htm>

Neste sítio podemos encontrar todas as resoluções, decisões, declarações presidenciais, relatórios e cartas do Secretário-Geral para cada missão das Nações Unidas.

Common Security and Defence Policy Mission Analysis Partnership (CSDP MAP)

<http://www.csdpmap.eu/>

O CSDP MAP reúne a informação já existente sobre missões no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) e sobre as regiões onde as missões são conduzidas. O seu objectivo é contribuir para uma melhor compreensão do processo e planeamento das missões por parte da sociedade civil, de organizações não-governamentais, bem como do pessoal das instituições e delegações da União Europeia, e de governos, tanto decisores políticos como receptores dessas decisões. O portal web facilita a compreensão das políticas e planeamento de missões CSDP e ajuda a melhorar as relações entre as instituições da União Europeia, os governos e os 'receptores' das missões (incluindo a sociedade civil), bem como a relacionar os impactos no terreno com os objectivos das missões.

Recensões

Center on International Cooperation (2010), *Review of Political Missions 2010*. Nova York: Center on International Cooperation. 288p. ISBN 978-1-4507-3345-8.

A vasta produção sobre missões de paz nos meios académicos e *think tanks* especializados – e.g. *International Peacekeeping* e a base de dados sobre operações de paz do *Stockholm International Peace Research Institute* – focam primordialmente as operações de manutenção da paz (*peacekeeping*) e, mais recentemente, as missões de construção da paz (*peacebuilding*). As missões cujas principais actividades se concentram na mediação e no apoio a processos políticos têm geralmente menor prioridade nas análises.

Contudo, a questão parece ser na realidade diferente, a julgar pelo *Review of Political Missions 2010*, recentemente publicado pelo *Center on International Cooperation* da *New York University* (CIC-NYU). Passando em revista mais de cinquenta “missões políticas”, especialmente das Nações Unidas (ONU) e da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), a publicação proporciona um quadro inédito sobre esta faceta menos visível – e menos estudada – do papel de organizações internacionais em situações de conflitos e pós-conflitos armados.

O CIC identifica três aspectos centrais das chamadas missões políticas (“missões políticas especiais”, no jargão onusiano): são criadas por *decisão política* de fora multilaterais, com *meios* e *objectivos primordialmente políticos* – e não de segurança, humanitários ou de desenvolvimento. O termo, portanto, incluiria desde missões de bons ofícios, como aquela conduzida pela Organização dos Estados Americanos (OEA) na Colômbia e Equador, até missões com objectivos múltiplos e relativamente difusos, como a actual missão da ONU no Afeganistão (UNAMA).

Uma das principais contribuições da obra é, simplesmente, identificar e listar as missões políticas da ONU, uma vez que o Departamento de Assuntos Políticos (DPA), responsável por estas missões, parece não seguir as mesmas diretrizes de transparência de informação que o Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO). Mas o *Review of Political Missions 2010* vai mais além, proporcionando dados e estatísticas detalhadas sobre as missões políticas da ONU e da OSCE (número de pessoal e de veículos, orçamento aprovado, valores aprovados, etc.), além de análises de missões agregadas por regiões e países específicos.

O volume contém, ainda, três ensaios temáticos. No primeiro, Ian Martin, outrora Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para o Nepal, critica a distinção artificial entre operações de manutenção da paz e missões políticas – afinal, “todas as operações de paz são políticas” – e sugere a criação de um departamento unificado de paz e segurança, com a fusão do DPA e do DPKO. A seguir, partindo da análise de mandatos, Ian Johnstone, que trabalhou no Secretariado da Organização, identifica alguns princípios norteadores e apresenta o que chama de “doutrina emergente” para as missões especiais. Finalmente, Teresa Whitfield, que actuou no DPA e tem larga experiência em mediação, discute as variadas formas pelas quais as missões políticas desenvolvem acções de bons ofícios e de mediação, sugerindo que a sua presença é, muitas vezes, benéfica.

A obra, cuja edição e direcção de pesquisa ficaram sob a responsabilidade de Richard Gowan, dá continuidade e complementa a já renomada *Annual Review of Global Peace Operations* – publicada pelo CIC desde 2006 e que trata essencialmente de operações de manutenção da paz. *Review of Political Missions* é, sem dúvida, um contributo da maior relevância para académicos, diplomatas, actores no terreno e políticos interessados em operações de paz e na actuação de organizações internacionais em situações de conflito e pós-conflito armado.

Fernando Cavalcante

fcavalcante@ces.uc.pt

Doutorando em Política Internacional e Resolução de Conflitos, Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

Benedek, Wolfgang; Daase, Christopher; Dimitrijevic, Vojin and van Duyne, Petrus (eds.) (2010), *Transnational terrorism, organized crime and peace-building – Human security in the Western Balkans*. Basingstoke: Palgrave Macmillan. ISBN 978-0-230-23462-8.

Resultado da cooperação entre 16 universidades e centros de investigação europeus durante três anos, coordenada pelo *European Training and Research Centre for Human Rights and Democracy* (Graz), este livro reúne as principais conclusões de um exercício que partiu da constatação segundo a qual o crime organizado, o terrorismo internacional e a corrupção nos Balcãs Ocidentais comprometem os recursos aplicados na transição pós-conflito destas sociedades e no processo de construção de paz

Na primeira parte, após uma curta contextualização histórica e conceptual de *segurança humana* que atravessa a obra de forma transversal (W. Benedek), esta é primeiro apresentada como sendo fundamental no esforço de construção da paz, em contraponto a uma perspectiva de *state-building* (S. Djurdjevic-Lujic e V. Dimitrijevic). Num segundo momento, a fraqueza das instituições estatais e a transformação das estruturas económicas para o esforço de guerra, são apresentados como causas estruturais para a *insegurança humana* (D. Kostovicova e V. Bojicic-Dzelilovic). O estado de arte da investigação sobre a ligação entre terrorismo e crime organizado é feito por Christopher Daase. O autor discute também a pertinência de se estabelecer uma coincidência conceptual e analítica entre estes dois fenómenos. São ainda abordadas questões como possíveis diferenças na forma como os géneros feminino e masculino lidam com a pressão psicológica na presença de terrorismo (S. Ben-David e K. Cohen-Louck), a insuficiência de se analisar os actores criminais e terroristas *enquanto* rede, propondo uma análise complementar dos mesmos *em* rede (G. Kolliarakis) e ainda um estudo sobre a distinção legal entre lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (M. Hilf). A segunda parte inicia-se com o estado de arte da investigação sobre a ligação entre terrorismo e crime organizado no Sudeste da Europa (H. Albrecht e A. Getos) e um exercício de mapeamento dos actores envolvidos no crime organizado (D. Anastasijevic). L. Mincheva e T. Robert Gurr debruçaram-se sobre a ligação entre movimentos terroristas e redes criminais internacionais, concluindo que, se bem que essa ligação tenha existido, a mesma se esvaziou após os Acordos de Dayton. É-nos também apresentado um capítulo descritivo sobre o cerco de Sarajevo (P. Andreas) e um estudo sobre o combate à proliferação das armas ligeiras nos últimos dez anos (I. Prezelj).

A terceira e última parte da obra inicia-se com um mapeamento dos actores não-estatais armados, bem como das diferentes estratégias para os contrariar, tanto porque condicionam a actuação de actores externos (U. Schneckener), como porque representam um obstáculo ao estabelecimento de segurança regional e de uma democracia estável na Bósnia-Herzegovina (L. Sadikovic). O ponto de situação actual da luta contra o crime organizado na Bósnia-Herzegovina, bem como o envolvimento da comunidade internacional na mesma, são analisados por C. Friesendorf, U. C. Schroeder e I. Deljkic. Os Direitos Humanos são o centro dos ensaios finais: primeiro pelo facto de a luta anti-corrupção em prática ter efeitos perversos na aplicação dos Direitos Humanos (N. Dorn); segundo, na evolução do papel das vítimas no sistema criminal internacional e na problematização do efeito terapêutico que estes procedimentos judiciais representam (A. P. Jorge-Birol); terceiro, numa análise sobre o surgimento de movimentos de extrema-direita na Sérvia e em como o Estado e a sociedade civil lhe têm respondido (S. Correia).

O maior obstáculo a esta análise foi diagnosticado na conclusão de Benedek, que constata a existência de atenção desproporcional à ameaça terrorista, fruto de análises superficiais, dada a dificuldade de se obterem dados rigorosos. A corrupção e o crime económico continuam a ser os maiores problemas, sendo que o reforço das instituições estatais, fundamentais, é insuficiente se não incluir a sociedade civil. Ainda assim, esta obra reflecte um visível esforço para uma muito útil análise pluridisciplinar e complexa da actual situação política e social dos Balcãs Ocidentais, indo para além da mera análise macro que a mesma pode ter na segurança internacional, estando antes mais próxima de uma perspectiva de *problem-solving* aliada ao conceito de segurança humana.

Pascoal Santos Pereira

pascoalpereira@ces.uc.pt

Doutorando em Política Internacional e Resolução de Conflitos, Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

Mapeamento da bibliografia sobre missões de paz europeias

O projecto “Mapeamento da Bibliografia sobre Missões de Paz Europeias” no âmbito da Acção COST IS0805 “Novos Desafios de *Peacekeeping* e o Papel da União Europeia na Gestão Multilateral de Crises” resultou na publicação de um livro que apresenta o levantamento e análise da bibliografia existente sobre missões de paz europeias desde a década de 1990 até ao Tratado de Lisboa (2010). O trabalho começa com os debates iniciais sobre segurança e defesa europeia e segue as linhas temáticas definidas pela Acção COST: cooperação da União Europeia (UE) com outras organizações internacionais na gestão de crises; processos de tomada de decisão e planeamento; e avaliação das missões. A bibliografia desde 1999 é sistematizada de acordo com estas linhas temáticas, identificando-se as questões fulcrais tratadas na bibliografia revista e as principais tendências associadas a essas questões.



Mapping research on European Peace Missions

Convém mencionar que o objectivo deste exercício não foi apenas a identificação da bibliografia existente sobre missões de paz europeias, nem somente a sua revisão. O projecto inclui uma análise informada e uma reflexão conjunta da equipa de investigação sobre as questões e dinâmicas identificadas. O resultado final inclui ainda a identificação de áreas emergentes bem como de questões negligenciadas ou pouco exploradas como possíveis linhas para investigação futura.

Resumindo, o projecto constitui um exercício de colecta, revisão e análise de um número significativo e diverso de referências bibliográficas sobre missões de paz europeias.

O livro começa por identificar os debates iniciais associados às missões de paz europeias no âmbito do papel da União da Europa Ocidental (UEO) na promoção da paz e segurança internacionais como o ‘braço militar’ da UE. Em seguida, analisam-se as questões associadas à inclusão das tarefas e capacidades da UEO na UE e o desenvolvimento gradual da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), a sua consolidação e o seu recente reforço com o Tratado de Lisboa, como Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD). O primeiro capítulo aborda as questões geopolíticas, as visões dos diferentes estados membros, as dinâmicas institucionais na Europa e as capacidades e missões de paz entre 1992 e 1999.

O segundo capítulo analisa o papel da UE como actor internacional, focando, especificamente, as relações de cooperação entre a UE e outras organizações internacionais, nomeadamente, a Aliança Atlântica, as Nações Unidas, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa e a União Africana. Os processos de tomada de decisão e planeamento na UE constituem o foco do terceiro capítulo, salientando-se como factores principais identificados na bibliografia revista o quadro institucional e as interacções no seu seio, a vontade política, uma cultura estratégica, *capacity building* e o debate normativo associados a estes processos. A bibliografia sobre avaliação de missões é revista no quarto capítulo, onde a conceptualização da avaliação, o conteúdo da mesma, bem como os seus aspectos metodológicos são analisados. A conclusão deriva da bibliografia revista apresentando uma análise crítica das questões emergentes, negligenciadas e pouco exploradas que a equipa de investigação identificou ao longo do projecto.

**Estudos sobre
a P@X**

Este exercício de revisão bibliográfica permitiu a identificação extensiva e intensiva de referências sobre missões de paz europeias. As questões identificadas facultam uma visão geral das principais dinâmicas associadas às missões europeias, quer dentro da UE que em relação a outros actores. O resultado constitui uma base sólida para o desenvolvimento de possíveis linhas de investigação futura, centrando-se essencialmente nas alterações resultantes do Tratado de Lisboa. Algumas das questões que o Tratado de Lisboa levanta prendem-se com os processos de tomada de decisão e coordenação interinstitucional bem como com a relação da UE com outros actores, com impactos potenciais claros na PESC/PCSD. A substituição de 'Europeia' por 'Comum' é um dos exemplos de como a nova dinâmica institucional no que diz respeito à PCSD reflectirá uma alteração efectiva dos processos de tomada de decisão.

Algumas das possíveis linhas de investigação futura já foram objecto de análise no âmbito deste exercício, como a relação da UE com outras organizações internacionais. No entanto, a relevância desta temática requer uma investigação mais aprofundada abordando a conceptualização dessas relações e diferentes cenários alternativos. Adicionalmente, outra questão já abordada na bibliografia revista prende-se com a avaliação de missões. Ainda assim, uma análise consolidada deste assunto exige um foco de análise distinto e uma abordagem metodológica mais coerente. A dimensão local das missões de paz europeias não tem sido devidamente investigada, particularmente no que se relaciona com o impacto dessas missões nas dinâmicas locais incluindo instituições, liderança, política e sociedade civil. Este tipo de impacto requer uma distinção entre análises de curto e longo prazo. Assim, para além de uma avaliação para satisfazer objectivos relacionados com dinâmicas internas da UE, revela-se essencial avaliar os objectivos globais dos mandatos no terreno. Para este efeito, dois aspectos metodológicos são cruciais: uma definição comum e adequada dos critérios de avaliação e um esforço sistemático de comparação no estudo das missões de paz europeias.

Associada a estas diferentes linhas de investigação está ainda a questão das estratégias de saída. Estas são essenciais para qualquer análise séria de intervenções de paz e estão directamente ligadas aos resultados da avaliação e dos impactos nas dinâmicas locais. Finalmente, na bibliografia revista, as questões de género também foram negligenciadas, não acompanhando a tendência nos estudos sobre forças armadas e género, o que merece alguma atenção.

Este projecto constituiu uma experiência enriquecedora devido às diferentes formações de base dos membros da equipa de investigação, que contribuíram assim com abordagens, visões, preocupações, focos e sugestões distintas. A investigação foi desenvolvida por uma equipa internacional: Maria Raquel Freire (CES), Paula Duarte Lopes (CES), Fernando Cavalcante (CES), Markus Gauster (Instituto para a Apoio à Paz e Gestão de Conflitos, Académica de Defesa Nacional, Áustria), Livia Fay Lucianetti (*Archivio Disarmo*, Itália), Pascoal Pereira (CES), Valtteri Vuorisalo (Universidade de Tampere, Finlândia) e Rafaela Rodrigues de Brito (CES). Este trabalho resultou num exercício inovador de recolha, sistematização e revisão de referências bibliográficas centrais para o estudo da PESC/PCSD. Os resultados incluem uma listagem bibliográfica e uma revisão da bibliografia principal, constituindo um instrumento de investigação essencial e uma referência valiosa para actores *policy-oriented*, investigadores, bem como *practitioners*, facultando uma visão geral de questões e tendências sobre missões de paz europeias.

Maria Raquel Freire e Paula Duarte Lopes

rfreire@fe.uc.pt

pdl@fe.uc.pt

Investigadoras do Grupo de Estudos para a Paz, NHUMEP, Centro de Estudos Sociais/CES.

Estudos sobre a P@X

A vida em missão – Estudo de caso de um contingente militar português no Kosovo

As missões internacionais de apoio à paz, desenvolvidas no âmbito de organizações como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a União Europeia (UE) ou a Organização das Nações Unidas (ONU), constituem uma componente crescente das missões das Forças Armadas no mundo. O mesmo tem vindo a acontecer com as Forças Armadas Portuguesas, chamadas com frequência a intervir em cenários de crise e conflito longe das fronteiras nacionais. Em 2010 mais de 30 000 militares haviam já participado em missões das chamadas FND (Forças Nacionais Deslocadas).

Estes militares passaram a actuar em contextos relativamente diferenciados face aos tradicionais contextos de utilização da força militar. Deslocados e separados das suas famílias por períodos relativamente extensos, inseridos em forças multinacionais, sob o comando de autoridades que estão para além do Estado nacional, solicitados a interagir com uma grande diversidade de actores nos cenários de conflito (ou pós-conflito), são protagonistas de uma transformação profunda na realidade sociológica das forças militares.

Sendo cada vez mais prováveis no espectro das possibilidades operativas das Forças Armadas, estas novas missões são também contextos nos quais se joga a construção da legitimidade e do reconhecimento social das forças armadas nas sociedades em que se inserem.

À semelhança do que tem vindo a constituir prática corrente noutros países, quisemos em Portugal, e no âmbito do projecto “As Forças Armadas Portuguesas após a Guerra Fria” desenvolvido no CIES-IUL e financiado pela FCT (PTDC/SDE/70916/2006), seguir de perto um contingente militar em missão de paz.

Na base deste projecto encontram-se duas ideias alicerçadas nos resultados de numerosos estudos sociológicos sobre as missões internacionais de apoio à paz: por um lado,

a de que a definição e o sucesso deste tipo de operações dependem fortemente do modo como os vários actores envolvidos, na sociedade civil e na esfera política, mas sobretudo os próprios militares, constroem o seu significado e a sua legitimação; por outro lado, a convicção de que um melhor entendimento dos factores que afectam o comportamento das forças militares nestes cenários progressivamente mais complexos de intervenção, contribuirá para a estabilidade futura das operações.

Face a uma relativa ausência de estudos sociológicos sobre os militares portugueses em missões internacionais de paz [1], o que procuramos neste estudo foi contribuir para um conhecimento aprofundado destas novas realidades e dos seus actores centrais, elucidando questões como as seguintes:

- De que forma são vividas pelos militares estas situações de deslocamento?
- Como se articulam essas vivências com o sentido atribuído pelos militares à sua profissão e aos objectivos da instituição militar?
- Que impactos têm e ajustamentos exigem na vida pessoal e familiar dos militares?
- Que tipo de contacto e relações estabelecem os nossos militares com outras forças, com as populações locais, os líderes das respectivas comunidades e com organizações presentes nos teatros de operações?
- Qual é, para estes militares, o significado da internacionalização nos planos organizacional e pessoal?
- Como decorre a cooperação civil-militar? Que dificuldades e potencialidades lhe são identificadas?

Estudos sobre a P@X

Estudos sobre a P@X

Assim, entre Fevereiro e Outubro de 2009 acompanhamos de perto o 1BI/BrigINT/KFOR, uma força de reserva do comandante da KFOR, composta por 290 militares (incluindo 33 mulheres) cuja missão decorreu no Kosovo entre Março e Setembro de 2009. Entre as tarefas atribuídas a esta força conta-se o reforço das *Multinational Task Forces* através da condução de operações estáticas, patrulhamentos, postos de controlo móveis, operações de cerco e busca, recolha de informação, condução de operações de controlo de tumultos, interdição e anti-contrabando, bem como ainda a actuação como multiplicador de forças, executando tarefas de vigilância, escoltas e operações de protecção.

O dispositivo metodológico do estudo consistiu numa variedade de instrumentos, activados em diferentes fases.

Desde logo, no período preparatório (Fevereiro de 2009), no regimento de Infantaria de Vila Real, unidade de origem da maior parte dos militares, estabelecemos um primeiro contacto com o batalhão e o seu comando e reunimos informação sobre o tipo e características da formação recebida bem como sobre o contexto e desenvolvimento da missão. Nessa ocasião, foi aplicado um inquérito por questionário a todos os elementos e realizadas entrevistas semi-directivas com militares em diferentes posições. O inquérito permitiu a recolha de dados de caracterização sociográfica, trajectória e experiência militar, percepção dos militares sobre a profissão/instituição militar, sobre as missões internacionais e de paz, sobre motivações, e expectativas relativamente à missão no Kosovo, bem como sobre a perspectiva dos militares face às relações familiares em situação de missão. Nos meses seguintes realizamos também entrevistas a cônjuges/companheiros(as) de alguns dos militares com vista a aprofundar o tema da relação família/instituição militar.

Durante o período de missão, em Junho de 2009, 3 elementos da equipa de investigação participaram na missão, no campo 'Slim Lines' em Pristina. Esta experiência permitiu um grande envolvimento informal com os militares no terreno, a observação/participação directa nas

suas actividades e a realização de dezenas de entrevistas. Durante duas semanas de trabalho de campo, acompanhamos o dia-a-dia do contingente, partilhamos instalações, refeições, tempos de trabalho e lazer; acompanhámo-los em saídas e contactos com as populações, autoridades militares e locais e com outras forças, conversamos, formal e informalmente com muitos deles.

Após o regresso do contingente a Portugal, foi novamente aplicado um inquérito de avaliação da experiência de missão (incluindo aspectos como nível de satisfação, avaliação do desempenho do contingente e da organização da missão, dificuldades sentidas, aspectos positivos e negativos da experiência), ocupação dos tempos livres e comunicação, relações familiares, perspectiva de futura participação em missões e o papel das mulheres em operações de apoio à paz.

Os resultados deste trabalho de investigação serão objecto de publicações específicas, esperando-se que, não obstante tratar-se de um estudo de caso, o conhecimento aprofundado das dinâmicas sociológicas geradas em contexto de missão, de que é exemplo, possa ajudar a compreender muitas outras situações similares, apoiando, desta forma, a tomada de decisão sobre a organização de futuras missões.

Helena Carreiras

helena.carreiras@iscte.pt

Investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), ISCTE.

Notas

[1] Ver Carreiras, Helena (1999), "O que Pensam os Militares Portugueses do Peacekeeping?", *Estratégia*, 14: 65-95; Carreiras, Helena (2010), "Soldados sem inimigos? Um olhar sociológico sobre os militares Portugueses em missões de paz", in Branco, Carlos M. and Garcia, Francisco Proença (eds.), *A Participação de Portugal em Missões de Paz*. Lisboa, Prefácio.

No sótão do GEP

PublicaçõesGEP

Freire, Maria Raquel (2011) (org.), *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra:

Freire, Maria Raquel (org.), *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Freire, Maria Raquel (2011), “USSR/Russian Federation Major Power Status Inconsistencies”, in Thomas Volgy, Renato Corbetta, Keith Grant e Ryan Baird (org.), *Major Powers and the Quest for Status in International Politics: Global and Regional Perspectives*. Basingstoke: Palgrave MacMillan.

Freire, Maria Raquel; Simão, Licínia (2011), “ENP and Post-Soviet Transition in the South Caucasus: Triangulating Democracy, Security and Stability”, in David Bosold, Petr Drulák e Nik Hynek (org.), *Democratization and Security in Central and Eastern Europe and the Post-Soviet States*. Berlin: Nomos Verlag.

Freire, Maria Raquel (2010), *A Externalização da Abordagem Compreensiva: O Caso UE-Rússia*, in Ana Paula Brandão (org.), *A União Europeia e o Terrorismo Transnacional*. Coimbra: Almedina.

Freire, Maria Raquel; Lopes, Paula Duarte (2010), "It's not the What But the How: A critical approach to peace and violence", *Oficina do CES*, 343.

Madeira, Luís Filipe; Laurent, Stéphane; **Roque, Sílvia** (2011), “The international cocaine trade in Guinea-Bissau: current trends and risks”, *NOREF Working Paper*.

Moura, Tatiana; Santos, Rita (2011), "No body, no crime? The Mothers of Acari and the struggle against impunity and human rights violations", in O'Reilly, Andrea (ed.) (org.), *You Say You Want a Revolution: The 21st Century Motherhood Movement*. York: Demeter Press.

Nascimento, Daniela (2010), "Humanitarismo e a 'guerra contra o terrorismo': de dilemas complexos a oportunidades perdidas?", *Oficina do CES*, 358.

Nascimento, Daniela; Mendes, Cármen; Iturre, Maite (2011), “O ‘factor’ Taiwan na política externa chinesa em África e na América Latina”, *Estratégia*, vol.XX, 69-86.

Nascimento, Daniela; Lopes, Paula Duarte (2011), “República Federal da Nigéria”, in Freire, Maria Raquel (org.), *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 287-312.

Roque, Sílvia (2010), *Violências contra mulheres na Guiné-Bissau: uma análise de percepções e de regras sociais de sexo e seu papel na legitimação da violência*, Bissau: PNUD/FNUAP Guiné-Bissau.

Roque, Sílvia; Cardoso, Katia (2011), "Entre a marginalização e a securitização: jovens e violências em Cabo Verde e na Guiné-Bissau", in Centro de Estudos Africanos, (org.) Lisboa: CEA.

Santos, Rita (2011), "Perspectivas feministas e pensamento sobre e para a paz: (re)conhecer as violências e resgatar as pazes", *Oficina do CES*, 363.

ABRIL

Carla Afonso, Rita Santos, Sílvia Roque e Tatiana Moura (NHUMEP e OGIVA/CES) organizaram o seminário “Youth, gender and security”, Pontifícia Universidade Católica-SP, São Paulo, Brasil, 12 de Abril 2011.

MARÇO

Daniela Nascimento participou na 3ª Reunião da Comissão Nacional de Direitos Humanos, em representação do OGIVA/CES, NHUMEP e da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 31 de Março 2011.

Daniela Nascimento apresentou a comunicação “Humanitarianism at the crossroads: dilemmas and opportunities of the ‘war on terror’”, 52ª Convenção Anual da International Studies Association, Montreal, Canadá, 18 de Março 2011.

Daniela Nascimento apresentou a comunicação “The (in)visibilities of war and peace: an analysis of dominant conflict prevention and peacebuilding strategies”, 52ª Convenção Anual da International Studies Association, Montreal, Canadá, 18 de Março 2011.

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “Foreign Policy Shaping and Making: Russian Politics between Discourse and Practice”, 52ª Convenção Anual da International Studies Association, Montreal, Canadá, 18 de Março 2011.

Paula Duarte Lopes apresentou a comunicação “Even if water is securitized, so what?”, 52ª Convenção Anual da International Studies Association, Montreal, Canadá, 18 de Março 2011.

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “Seguridad y inseguridad en las relaciones UE-Rusia: percepciones, discursos e prácticas en la ‘guerra contra el terror’”, International Seminar *La prevención y lucha contra el terrorismo en la Unión Europea: Un abordaje bilateral de los problemas políticos y jurídicos*, Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), Madrid, Espanha, 2 de Março 2011.

FEVEREIRO

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “A Rússia no Conselho de Segurança das Nações Unidas”, Grupo de Trabalho ‘Portugal no Conselho de Segurança da ONU (2011-12)’, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), Lisboa, 25 de Fevereiro 2011.

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “Política Externa Russa e Segurança Europeia: Linhas de Convergência e Divergência”, Workshop sobre Segurança Europeia, Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), Lisboa, 18 de Fevereiro 2011.

Tatiana Moura and Rita Santos apresentaram a comunicação “Violência e Armas de Fogo: um Retrato português”, Conferência “Portugal entre desassossegos e desafios”, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 17 de Fevereiro 2011.

Paula Duarte Lopes apresentou a comunicação “A Água ibérica: da gestão nacional à governação transnacional”, Conferência ‘Portugal entre desassossegos e desafios’, 18 Fevereiro 2011.

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “Conflitos Regionais: Ásia Central e Afeganistão”, Curso de Promoção a Oficial General, Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), Lisboa, 14 Fevereiro 2011.

Tatiana Moura apresentou a comunicação “Factores de violencia y de pacificación en las aglomeraciones

urbanas”, Conferência “Las paces de cada dia”, Saragoça, Espanha, 11-12 de Fevereiro 2011.

DEZEMBRO

Sofia José Santos e Cristina Sala coordenaram “Workshop on Peace Journalism”, no Foro Mundial de Educação Temático 2010, Santiago de Compostela, Espanha, 10-13 de Dezembro, 2011.

NOVEMBRO

Rita Santos apresentou a comunicação "A sociedade civil portuguesa e o controlo de armas e desarmamento", Conferência Internacional sobre "Desarmamento civil e Cultura de Paz", Rede Desarma Brasil, Brasília, Brasil, 21-22 de Novembro 2011.

Katia Cardoso apresentou a comunicação "Regresso a casa" = perpetuação do estigma? A representação dos deportados cabo-verdianos, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 11 de Novembro 2011.

Katia Cardoso participou na organização da Conferência Internacional "As Mulheres em Cabo Verde: Experiências e Perspectivas", Universidade de Cabo Verde, Cidade da Praia, Cabo Verde, 9-10 de Novembro 2011.